

## **JORNAIS IMPRESSOS DO INTERIOR O FINANCIAMENTO DE RELEASES E A CREDIBILIDADE**

Andreza Galiego Leopoldino Alves – AEMS – Três Lagoas/MS  
Hercules Farnesi Cunha - AEMS (Orientador)

### **RESUMO**

Poucos são os estudos sobre a prática jornalística nas cidades do interior, especialmente a respeito dos jornais impressos. Sabe-se que este tende a ser o veículo mais utilizado nessas regiões pela facilidade de subsistência, impressão e circulação da notícia, além de ser acessível a todas as camadas sociais. Outro conhecimento a respeito da atuação jornalística no interior é de que a política costuma ser sua principal financiadora, seja através de partidos, seja pelos repasses financeiros de órgãos públicos para divulgação de campanhas e atos oficiais. Sendo assim, tem-se um cenário em que releases oficiais são publicados na íntegra nos jornais em circulação. Jornalistas, na maioria das vezes, atuam sem formação acadêmica na área e, mesmo os formados, tendem a compactuar com a prática de proprietários de impressos que transmitem propaganda disfarçada de notícia isenta. É nesse panorama que será feito o debate sobre a responsabilidade do jornalista na construção da informação e os efeitos da negligência desse ofício na sociedade.

### **Palavras Chave:**

Jornalismo. Credibilidade. Releases.

## **JORNAIS IMPRESSOS DO INTERIOR O FINANCIAMENTO DE RELEASES E A CREDIBILIDADE**

Andreza Galiego Leopoldino Alves – AEMS – Três Lagoas/MS  
Hercules Farnesi Cunha - AEMS (Orientador)

### **INTRODUÇÃO**

Segundo José Marques de Melo (2003), o *press-release* no Brasil surgiu por volta dos anos 60, como alternativa para o diálogo direto com jornalistas, devido a política quase em recessão, que deixou os governantes receosos. Até hoje, os releases governamentais são demasiadamente utilizados por jornais impressos do interior, por duas razões: são financiados e costumam interessar ao público. Para Martinez e Duarte (2003), quanto mais regional um jornal, maior a influência exercida sobre ele pelas “oligarquias econômicas e políticas locais”, já que, geralmente, o jornal pertence a esses grupos ou é extremamente influenciado por eles.

Assim, desde o período da recessão, jornais e governos têm unido o útil ao agradável. O *press-release* foi a melhor forma dos órgãos públicos divulgarem seus feitos, ao mesmo tempo em que os jornais são remunerados para publicação dos atos oficiais. Com o tempo, as assessorias perceberam que textos enviados nos padrões jornalísticos, possuíam maior probabilidade de serem publicados. Mais que isso, poderiam ser divulgados exatamente como enviados, ou seja, do ponto de vista de seus autores.

Desde então, as assessorias de imprensa governamentais passaram a se especializar na estrutura jornalística, contratando profissionais de comunicação para elaborarem *releases* no mesmo formato das matérias escritas pelos jornalistas. Assim, aos poucos, o *release* se transformou de uma simples sugestão de pauta para uma matéria pronta e muito bem feita. E sendo elaborado nos mesmos moldes das redações, os editores e jornalistas começaram a publicá-las na íntegra, devido ao seu teor informativo.

Entretanto, os jornalistas demoraram a ser dar conta de que ao receber com frequência a notícia pronta se distanciavam das fontes e tinham seus instintos investigativos ludibriados. Com o passar dos anos, os proprietários dos impressos ficaram satisfeitos com o ganho da verba pública e notaram que não precisavam de tanta mão de obra. Assim, alguns profissionais foram para a rua. Ora por vontade própria (discordando da prática). Ora por contenção de gastos.

Atualmente, com as assessorias mal-acostumadas, o problema persiste. Os jornais, apesar de mais experientes, continuam publicando releases na íntegra, mas sem informar devidamente seus leitores a respeito dessa prática. No fim, o leitor compra a informação jornalística a preço de isenta quando, na verdade, leva notícia propagandística. Hoje, essa realidade é evidente em jornais pequenos e do interior.

Jornalistas cada vez menos atentam para o quanto os *releases* governamentais contribuem para um jornalismo informativo, mas não esclarecedor. Essas notícias apenas transmitem informações otimistas, das quais jornais e jornalistas se isentam da responsabilidade por erros ou incongruências, pelo simples motivo de estarem assinadas por terceiros. Apesar de ser evidente que o veículo é totalmente responsável pelo que divulga e que jornalismo é constituído por apuração excessiva e isenção.

Conforme Bahia (1990, p.13), o

*“jornalismo deve buscar incessantemente todos os ângulos de uma notícia, de uma entrevista ou de uma opinião. Deve partir do princípio de que uma informação tem sempre mais de uma versão”.*

Portanto, quando um release é publicado como notícia, o jornalista está conseqüentemente ignorando sua responsabilidade sobre os efeitos que a ausência de análise do conteúdo tem nos leitores desavisados.

## **Desenvolvimento**

Justamente por haver poucos estudos disponíveis sobre o funcionamento da imprensa no interior, foi necessário utilizar alguns resultados de uma pesquisa de campo realizada com jornalistas e leitores de jornais impressos em cidades do Oeste Paulista e Leste do Mato Grosso do Sul. A partir de um questionário aplicado com jornalistas e leitores, obtiveram-se algumas importantes informações sobre o comportamento desses grupos nas cidades afastadas dos grandes centros.

Na pesquisa qualitativa, direcionada aos jornalistas, foi aplicado individualmente um questionário com perguntas semiestruturadas, a respeito de suas relações com fontes oficiais e leitores; apuração e investigação dos dados fornecidos por entidades públicas; concordância com a publicação integral de *releases* e formação profissional.

As entrevistas foram realizadas com quatro jornalistas que atuam em jornais impressos do interior, especialmente nas cidades de Andradina e Araçatuba no Estado de São Paulo, embora os jornais para os quais produzam conteúdo também circulem por demais cidades da região, inclusive na cidade de Três Lagoas, no interior do Mato Grosso do Sul. Os profissionais entrevistados possuem variadas relações com os veículos em que atuam, desde repórteres, editores até proprietários dos jornais.

Constatou-se que no interior, como em demais localidades, atualmente é usual o assessor de imprensa enviar por *e-mail* um texto no padrão jornalístico, contendo *lead*, título, legenda e fotografia, utilizando-se do *mailing* – uma espécie de banco de dados virtual, contendo endereços de *e-mails* de jornalistas e veículos de comunicação. Schmitz (2011, p.14) assegura que a fonte utiliza o *release* como conteúdo jornalístico:

*“release estruturado com título curto, atraente, verbo de ação; lide com a essência da notícia; “ganchos” que estimulam a leitura; texto carregado de objetividade, inclusive no estilo que recomendam os manuais de redação”.*

O comum é que esses *releases* sejam publicados com a assinatura da assessoria ou órgão responsável pelo envio. No entanto, no interior, há veículos que publicam matérias na íntegra e não mencionam o crédito verdadeiro da notícia, substituindo o nome da assessoria e/ou órgão público que encaminhou o *release* pelo termo “da redação”. Desse modo, o jornal passa a impressão de que o conteúdo foi produzido por jornalista da empresa, agregando a credibilidade do jornal à matéria, sem que o leitor conheça a real origem dos dados. Com relação a isso, Bortolotti (2009) afirma: “mas, os [jornalistas] que assinam um texto de assessoria, depõem contra a sua própria credibilidade e cometem infração ética”.

Jornalistas atuando sem graduação é uma realidade comum nos jornais do interior e pode estar relacionada ao fato de que grande parte desses jornalistas é proprietária dos impressos, que por sua vez tendem a ser pequenos negócios, mas

responsáveis por sustentar o giro da informação nas cidades interioranas. Almeida (1983) defende que por serem empreendimentos modestos e afastados dos grandes centros informativos, os proprietários acreditam ser capaz de sozinhos fazer circular a informação. No máximo, contratam profissionais com conhecimentos de escrita e que possuam boas relações para aquisição de informação, mas não necessariamente profissionais (jornalistas ou não) formados.

De modo geral, os proprietários do interior não sustentam a necessidade de respeitar demasiadamente critérios técnicos e teóricos do jornalismo. Estão interessados apenas em contribuir com a circulação da notícia que, em sua visão, precisa apenas ser compreendida pelo público. Além disso, para eximir gastos e por acreditarem não haver grande quantidade de fatos ocorrendo em uma pequena cidade, os proprietários do interior mantêm poucos profissionais, que acumulam funções, influenciando diretamente na qualidade do conteúdo produzido. Afinal, em condições precárias não há incentivos para se fazer jornalismo criterioso.

Com a pesquisa, notou-se também que a relação dos jornalistas com as fontes oficiais no interior tende a ser complacente. Os jornalistas entrevistados acreditam que, pelo fato de as matérias enviadas estarem assinadas, a fonte detém quase toda a responsabilidade pelo que está escrito. Demonstram encarar o *release* governamental como outro tipo de publicidade, enfim, um texto ocupando espaço pago e contendo informações que não refletem a opinião ou o interesse do jornal. Apesar de serem considerados como material jornalístico tanto por jornalistas quanto por leitores.

Para Lima (1985), o uso do *release* como matéria pronta é frequente, embora o jornalista que recebe o release deva ter por função conferir a fonte, investigar o fato, desvendar os interesses por trás daquela notícia e aí sim utilizá-lo, como pauta ou mesmo publicá-lo. Para muitos editores, inclusive, o texto encaminhado é considerado notícia final.

*“Assim o dever que tem todo bom jornalista de analisar, indagar, questionar a informação que recebe vai aos poucos sendo relegado a segundo plano diante da avalanche de press-release.”* (LIMA, 1985, p.47)

No interior, costuma-se elaborar jornais com um grande número de *releases* enviados pelas fontes oficiais, pois assim garante-se a publicação – ainda com informações relevantes para a sociedade –, porém sem gastos com profissionais

qualificados e obtendo o financiamento público para a circulação do produto final. No fim, o jornal torna-se um veículo dos órgãos públicos, com propagandas disfarçadas de notícias relevantes para a população local e regional, quando, na verdade, deveriam possuir o crivo jornalístico. Lima (1985) também menciona essa prática de alguns donos de jornais que utilizam o *release* para preencher as páginas dos jornais e reduzir gastos com mão de obra.

De modo geral, os jornalistas pesquisados concordam que os jornais impressos recebam por publicações oficiais, pois para eles é uma prestação de serviço como qualquer outra publicidade. No entanto, essa atitude afeta os princípios do jornalismo, pois as matérias de fontes oficiais são divulgadas na íntegra, sem avaliação criteriosa de conteúdo, sem a investigação dos fatos contados por uma única fonte e para um leitor desavisado.

Na verdade, a função do jornalista deveria ser transmitir fatos relevantes para a sociedade com o máximo possível de veracidade, especialmente questionando os poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) a respeito do cumprimento de suas obrigações. Como considera Bahia (1990, p.9)

*“é da natureza do jornalismo levar a comunidade, direta ou indiretamente, a participar da vida social. Nesse sentido, assume uma condição de intermediário da sociedade”.*

Sendo assim, o ofício desse profissional é servir ao público, contribuindo para que este esteja ciente de seus direitos e justiça. Para realizar esse serviço, o jornalista precisa, além de conhecer a sociedade em que atua, vivenciar a realidade e compreender as deficiências tanto de seu público quanto de seu governo. Atuação que tem sido pouco recorrente na imprensa interiorana, em que jornalistas e fontes oficiais mantêm relações amigáveis e jornais são custeados por órgãos públicos. A legalidade dessa ocorrência existe, todavia a ética profissional não é considerada.

Na pesquisa de campo realizada com leitores, foi utilizado o método de pesquisa qualiquanti, que segundo Cunha (2001), é responsável por buscar padrões numéricos relacionados a conceitos cotidianos. Portanto, o objetivo foi avaliar o comportamento de quinze leitores – assíduos, em sua maioria – dos jornais impressos do interior, resultando em uma probabilidade de comportamento.

O leitor do jornal impresso do interior possui um bom nível de escolaridade e é relativamente bem informado, embora utilize pouco demais meios de informação; dá preferência aos jornais que veiculam notícias sobre a própria cidade e a região;

escolhe determinado jornal baseado em credibilidade e não costuma conferir o crédito da matéria, apesar de notar que há muitas notícias de cunho político da cidade e região nos jornais.

De modo geral, esse leitor não se incomoda com a quantidade das notícias de órgãos públicos divulgadas. Tem consciência da existência de uma verba repassada aos jornais para publicação de ações oficiais e acredita que esse método pode, em algum momento, esconder atitudes desonestas de jornais e fontes oficiais. O leitor não é capaz de identificar a linha editorial, nem do veículo que consulta habitualmente e nem de outros. E, por fim, não vê o impresso das cidades interioranas como comunitário.

## **CONCLUSÃO**

Cientes desses dados, têm-se um vislumbre do cenário da atuação da imprensa de jornais do interior. Uma prática que diverge da maioria dos manuais e conceitos teóricos da profissão. Obviamente veículos de comunicação de qualquer localidade tendem a se distanciar de algumas normas impostas pela teoria, todavia, possivelmente pelo grau de conhecimento das populações dos grandes centros, o público consumidor da notícia parece ser mais exigente, coibindo jornalistas de atitudes que prejudicam a qualidade da informação.

Nas regiões menos desenvolvidas e lideradas por oligarquias políticas, os profissionais da notícia parecem ainda não terem se conscientizado da negligência na divulgação de informação comprometida, ou seja, elaborada por um ponto de vista favorável. Assim, muitos impressos sobrevivem tanto dos releases quanto do dinheiro pago pelas publicações, enquanto a comunidade local e regional torna-se segundo plano.

É fato que a sociedade precisa estar informada dos atos governamentais, entretanto, quando a notícia é publicada sem verificações, o jornalista pode perder a oportunidade de divulgar outra informação – ainda mais importante – relacionada com o acontecimento. Por exemplo, se todos os jornais dependessem financeira e ideologicamente do financiamento público, dificilmente atos corruptos e fraudes seriam descobertas e investigadas.

Jornalistas dos jornais impressos culpam seus chefes pela prática negligente e os patrões direcionam a responsabilidade para os leitores que não pagam pela

notícia. Verdadeiramente, leitores tendem a exigir conteúdo de qualidade, mas gratuito, em especial quando há o acesso fácil à internet. Porém quando o jornal apresenta um material comum e desinteressante, é compreensível que o leitor não queira custeá-lo.

Afora a atitude dos leitores, os questionamentos surgem quanto a prática profissional do jornalismo, que não pode estar unicamente submetida ao ambiente externo. Antes disso, deve estar ancorada em suas raízes; a causa social.

“Nesta direção, o direito social à informação não pode, simplesmente, estar submetido à lógica e limites dos interesses políticos, financeiros e mercadológicos por onde transita, atualmente, o mundo da comunicação e de seus donos. Igualmente não pode ser restringido pela deliberada manipulação de repórteres, editores, fontes”. (Karam, 1997, p. 26).

Jornalistas, com formação acadêmica ou não, têm o dever de cumprir com os preceitos da profissão, assim como um médico ou advogado o teria. A falta de obrigatoriedade do diploma – decisão do Superior Tribunal Federal, vigente desde junho de 2009 – pode vir a influenciar e generalizar esse cenário. Se, no interior, há anos, profissionais atuam sem diplomação e cometem os equívocos já mencionados, como será a prática de uma profissão não regulamentada?

O jornalista Paulo Pimenta, em entrevista à revista *Imprensa*, pondera o perfil adequado do jornalista para que haja distinção entre jornalismo e apenas opinião:

“Nós precisamos ter um profissional que tenha uma sólida formação do ponto de vista humanista, com conceitos fundamentais sobre a ética, direito, direito contraditório, liberdade de expressão... E que, ao mesmo tempo, se aproprie de tecnologias, de experiências que permitam que essa mediação seja feita da maneira adequada”. (2011, ed. 269, p.31).

É preciso estar ciente de que o maior prejudicado, em qualquer que seja as definições da atuação do jornalismo, é sempre o público consumidor de informação. “Os meios de comunicação são instituições sociais que, ao reunir, escrever e divulgar as notícias, servem à sociedade”. (BAHIA, 1990, p.11). Mas na verdade, jornalistas e veículos de comunicação têm servido primeiro às suas próprias necessidades para, secundariamente, se atentarem ao clamor público.

Contudo, obviamente a formação acadêmica, por si só, não garante um jornalismo de qualidade. A realidade da imprensa escrita no interior expõe a fragilidade a que jornalistas e sociedade estão sujeitos quando não há uma instituição responsável por fiscalizar a atuação da mídia em geral no país. Um órgão apartidário e que avalie unicamente a infração da ética, fazendo cumprir regras que

beneficiariam tanto sociedade quanto jornalistas, uma vez que erros solitários não denegririam toda a categoria e possíveis vítimas dos excessos jornalísticos também estariam amparadas.

Pesquisas na área da prática jornalística, nos impressos do interior, são importantes para elucidar as diversas formas de fazer jornalismo em um país com ampla extensão territorial como o Brasil. Evidentemente a nação brasileira ainda carrega vestígios de períodos ditatoriais, em que o poder político exerce domínio até mesmo em esferas que deveriam ser independentes. A tradição de investimentos públicos, em detrimento dos particulares e privados, também influencia em uma imprensa financeiramente submissa ao poderio regional.

O jornalismo negligente de publicação de *releases* nos jornais do interior é pouco conhecido por seus leitores, resultando na construção de uma comunidade acrítica ou crítica sem argumentos. Quando um leitor analisa a matéria impressa a respeito de uma ação do governo, ele está confortavelmente crendo que aquela informação foi, no mínimo, averiguada. Por isso, sente-se amparado pela investigação jornalística que, no interior, não é recorrente.

Todavia, o público deveria ter ciência do funcionamento do jornalismo para, assim, usufruir de suas possibilidades para a construção de cidadãos mais conscientes e ainda exigir uma prática mais ética e social. Nesse sentido, Karam (1997) considera que mesmo as camadas envolvidas indiretamente com a produção de informação devem saber como se dá o universo jornalístico e de sua indispensabilidade para o presente e futuro da humanidade.

Karam (1997) também é a favor do que denomina democracia informativa, algo que incluiria a teoria do jornalismo e uma ética específica para a profissão junto a um movimento pela intervenção pública sobre os veículos de comunicação existentes atualmente.

“É necessário que o profissional se empenhe na elaboração e consecução de pautas, na apuração dos fatos, na qualidade da forma e linguagem do trabalho, na edição e no acompanhamento sucessivo dos desdobramentos de acontecimentos tornados fatos jornalísticos. Isso inclui o acesso às fontes e acesso do público aos meios [...] E mais uma vez, portanto, pluralidade de controle.” (KARAM, 1997, p. 129).

Muitos teóricos do jornalismo conhecem e defendem uma atuação mais ética da profissão, independentemente da região em que é aplicada ou de haver ou não a formação acadêmica. Agora, é urgente que os praticantes do jornalismo se

conscientizem de suas responsabilidades enquanto profissionais e se diferenciem dos proprietários dos veículos de comunicação que visam apenas a lucratividade.

Nas cidades interioranas os efeitos do jornalismo irresponsável podem ser até mais rápidos e prejudiciais, pois embora o público esteja mais próximo de suas autoridades políticas, permitindo reivindicações mais persistentes, esse mesmo público acaba sendo acomodado pela forma como os jornais impressos noticiam os feitos desses governos.

Quando a parte que deveria manter distanciamento e criticidade das ações políticas, mantém, na verdade, uma relação amigável e até íntima com as autoridades, mas não esclarece isso aos leitores, formam-se cidadãos conscientes apenas dos fatos positivos da administração pública, mas raramente daquilo que foi mal feito ou deixou-se de fazer. Portanto, as cobranças pelas atitudes negativas são poucas.

Portanto, estudos no âmbito do jornalismo interiorano são indispensáveis, tanto para desvendar o comportamento dos jornalistas sem a influência do estilo informativo das grandes cidades e o perfil dos consumidores de informação, além de se obter dados capazes de fomentar o debate sobre pontos importantes do cenário da comunicação no país.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Gastão Thomaz de. **Imprensa do Interior: um estudo preliminar**. São Paulo: Convênio IMESP/DAESP.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. 4ª. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BORTOLOTTI, Plínio. **Texto de assessoria de imprensa tem dono?** Fortaleza: O povo online, set. 2009. Disponível em: <<http://blog.opovo.com.br/pliniobortolotti/2829or0/>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

CUNHA, Hercules Farnesi. **Metodologia da investigação qualitativa**. 2001. 19 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidad San Carlos, Assunção.

DUARTE, Jorge, MARTINEZ, M. R. E. **Assessoria de Imprensa e relacionamento com a mídia: Teoria e Técnica**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KARAM, Francisco. **Jornalismo Ética e Liberdade**. 2º. ed. São Paulo: Summus, 1997.

LIMA, Gerson Moreira. **Releasmania**. 2ª. ed. São Paulo: Summus, 1985.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

PIMENTA, Paulo. **Diplomacia: Imprensa**. São Paulo, ano 24, ed. 269, p.26-31, jul. 2011. Entrevista concedida a Pamela Forti.